

HOSPDROGAS COMERCIAL LTDA.

CNPJ: 08.774.906/0001-75

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

HOSPDROGAS COMERCIAL LTDA.

Demonstrações contábeis encerradas

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Conteúdo:

Relatório do auditor independente com opinião sobre as demonstrações contábeis;

Balancos patrimoniais;

Demonstrações do resultado;

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido;

Demonstrações dos fluxos de caixa; e

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos administradores e conselheiros da
Hospdrogas Comercial LTDA.
Aparecida de Goiânia – Goiás

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Hospdrogas Comercial LTDA. ('Empresa' ou "Hospdrogas"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Hospdrogas Comercial LTDA., em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as pequenas e médias empresas NBC TG 1000 (R1) emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Adesão a Lei 14.148/20

Conforme mencionado na nota explicativa nº 5.12 (a), a Empresa aderiu no 3º trimestre de 2022, à Lei 14.148/20, utilizando-se do benefício de redução a zero para as alíquotas de IRPJ - Imposto de Renda Pessoas Jurídicas e CSLL- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, pelo período de 60 (sessenta) meses. A Adesão foi amparada pelos assessores jurídicos que entendem como remoto à probabilidade de reversão da aprovação da adesão ao programa. Dessa forma, as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2024, não incluem nenhum ajuste relativo à provisão para contingências, relacionados ao tema. Nossa opinião não está modificada em razão desse assunto.

Partes Relacionadas

Chamamos atenção para a nota explicativa nº 11 onde descreve que a empresa, realiza transações significativas com partes relacionadas, oriunda das operações de mútuo. Ademais, a empresa também realiza transações de venda de serviços com empresas do grupo/partes relacionadas. Essas transações foram efetivadas de acordo com termos estabelecidos pela empresa em conjunto com seus administradores. O resultado das operações e a posição financeira da empresa poderiam ser diferentes daquelas que seriam obtidas caso referidas transações fossem efetuadas em condições normais de mercado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia-GO, 30 de junho de 2025.

MOORE VR AUDITORES & CONSULTORES S/S
CRC 1 GO 02158/O-4

Rodrigo Costa Silva

Contador CRC 1 GO 016905/O-4

Demonstrações Financeiras

2024



HOSPDROGAS COMERCIAL LTDA - EPP

CNPJ: 08.774.906/0001-75

Balço Patrimonial

Em dezembro de 2024 e 2023

Em Reais

	NE	12/2024	12/2023		NE	12/2024	12/2023
ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Ativo Circulante				Passivo Circulante			
Caixa e Bancos	6	4.187.654	2.043.071	Fornecedores	13	59.270.577	17.992.411
Aplicações financeiras	6	10.795	13.085	Empréstimos e financiamentos	14	45.206.230	7.509.505
Contas a receber	7	82.705.342	32.661.380	Obrigações trabalhistas e sociais	15	1.804.739	1.018.759
Estoques	8	70.663.609	19.822.032	Obrigações fiscais e federais	16	1.674.660	1.558.525
Impostos a recuperar	9	6.095.325	2.055.539	Outras Obrigações	17	1.834.021	1.411.403
Adiantamentos	10	878.225	418.578				
Total do ativo circulante		164.540.950	57.013.686	Total do passivo circulante		109.790.227	29.490.603
				Passivo Não Circulante			
				Empréstimos e financiamentos LP	14	1.833.333	-
				Provisão para contingências	18	14.164.966	-
				Débitos com partes relacionadas	11	27.281.822	20.315.399
Ativo Não Circulante				Total do passivo não circulante		43.280.121	20.315.399
Impostos a recuperar	9	5.386	-				
Imobilizado Líquido	12	1.174.100	124.888	Patrimônio Líquido			
				Capital social	19	15.024.100	15.024.100
				Resultado Acumulado	19	(2.374.012)	(7.691.527)
Total do ativo não circulante		1.179.486	124.888	Total do patrimônio líquido		12.650.088	7.332.573
Ativo Total		165.720.436	57.138.574	Passivo Total		165.720.436	57.138.574

	NE	dez/24	dez/23
RECEITA LÍQUIDA	20	312.672.859	146.447.303
(-) Custos		-238.124.616	-128.153.310
(=) LUCRO BRUTO		74.548.243	18.293.992
(DESPESAS)/RECEITAS OPERACIONAIS		-67.487.784	-21.488.490
Com vendas		-34.352.199	-16.442.396
Administrativas e gerais		-37.246.649	-7.573.376
Tributárias		-97.766	-27.309
Receitas de Incentivos Fiscal	21	3.342.971	924.246
Outras receitas (despesas), líquidas	21	865.859	1.630.346
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		7.060.459	-3.194.497
Resultado financeiro líquido	22	-1.881.826	-499.526
(=) LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		5.178.633	-3.694.023
(-) Provisão para Contribuição Social	24	-	-
(-) Provisão para Imposto de Renda	24	-	-
(=) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		5.178.633	-3.694.023



HOSPDROGAS COMERCIAL LTDA - EPP

CNPJ: 08.774.906/0001-75

Demonstração do resultado Abrangente

Em dezembro de 2024 e 2023

Em Reais

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>5.178.633</u>	<u>(3.694.023)</u>
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	<u>-</u>	<u>-</u>
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	<u><u>5.178.633</u></u>	<u><u>(3.694.023)</u></u>



HOSPDROGAS COMERCIAL LTDA

CNPJ: 08.774.906/0001-75

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em dezembro de 2024 e 2023

Em Reais

Descrição	Capital Social	Reserva de lucros	Adiantamento P/ Futuro Aumento de Capital	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	6.196.818	-3.997.504	8.827.306	11.026.620
Aumento de Capital	8.827.282	-	-	8.827.282
Lucro (prejuízo) do período	-	-3.694.023	-	-3.694.023
Adiantamento P/ Futuro Aumento de Capital	-	-	-8.827.306	-8.827.306
Saldos em 31 de dezembro de 2023	15.024.100	-7.691.527	-	7.332.573
Lucro (prejuízo) do período	-	5.317.515	-	5.317.515
Saldos em 31 de dezembro de 2024	15.024.100	-2.374.012	-	12.650.088



Hospdrogas Comercial Ltda.

CNPJ: 08.774.906/0001-75

Demonstração de fluxo de caixa

Em dezembro de 2024 e 2023

Em Reais

	N. E	12/2024	12/2023
Lucro líquido do exercício		5.178.633	(3.694.023)
+ Depreciações e amortizações	12	112.234	25.486
+ Provisões Trabalhistas	15	454.434	134.238
- Perdas Estimadas de Créditos para Liquidação Duvidosa-PECLD	7	(794.656)	(132.846)
- Despesas de Juros s/ Empréstimos	14	-	8.552
Provisões contingência		14.164.966	-
Lucro líquido ajustado		19.115.611	(3.658.593)
Redução (aumento) nos ativos operacionais			
+ Contas a receber	7	(49.249.305)	(13.363.754)
+ Estoques	8	(50.869.147)	(2.931.218)
+ Impostos a recuperar	9	(4.055.058)	(656.566)
- Adiantamentos	10	(434.888)	994.581
- Créditos com partes relacionadas	11	-	1.806.953
		(104.608.398)	(14.150.002)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores	13	41.425.041	(9.891.169)
Obrigações trabalhistas e sociais	15	331.546	322.294
Obrigações fiscais e federais	16	116.135	1.249.156
Outras obrigações	17	422.619	679.688
Débitos com partes relacionadas	11	6.971.127	17.791.375
		49.266.468	10.151.343
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		(36.226.319)	(7.657.252)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado	12	(1.161.446)	(4.208)
Caixa líquido (aplicado) gerado pelas atividades de investimento		(1.161.446)	(4.208)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captações/Liquidação de empréstimos e financiamentos	14	39.530.059	5.411.060
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		39.530.059	5.411.060
Aumento de caixa e equivalente de caixa		2.142.294	(2.250.402)
110101 Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	6	2.056.156	4.306.558
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	6	4.198.450	2.056.156
Aumento de caixa e equivalente de caixa		2.142.294	(2.250.402)

Heribaldo Egidio da Silva
Administrador

Túlio Fernando Silva Alves
Contador | CRC-GO 026016

1. Contexto operacional

A Hospdrogas Comercial Ltda. atua há mais de uma década na distribuição de medicamentos, materiais hospitalares e equipamentos voltados a hospitais públicos e privados, clínicas médicas e demais instituições do setor da saúde. A empresa destaca-se pelo comprometimento com a ética, agilidade, segurança e excelência no atendimento, além do rigoroso cumprimento de prazos e normas regulatórias. Seu portfólio diversificado inclui medicamentos, saneantes, produtos para saúde e limpeza hospitalar, priorizando sempre a confiança de clientes, fornecedores, colaboradores e parceiros comerciais.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

Durante o exercício de 2024, a empresa foi classificada como entidade de grande porte com base no critério de receita bruta, conforme previsto na Lei nº 11.638/2007. Tal mudança exige a adoção de práticas contábeis mais abrangentes e a divulgação de informações adicionais nas notas explicativas, conforme os requisitos aplicáveis às grandes empresas.

Cabe destacar que a empresa já adotou e está em plena conformidade com os critérios mencionados, tendo ajustado seus processos contábeis e administrativos às exigências previstas pela legislação vigente.

2.1 Base de preparação

(a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A moeda funcional e de apresentação é o Real (R\$).

3. Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações contábeis exige julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas são baseadas em fatores históricos, experiência atual e outras premissas consideradas razoáveis. Eventuais revisões são reconhecidas nos períodos em que forem revistas e nos períodos futuros afetados.

4. Continuidade e capacidade operacional

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetuou uma avaliação da capacidade da Companhia em dar continuidade às suas atividades e não identificou dúvidas da capacidade operacional.

5. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações contábeis da Empresa:

5.1 Instrumentos Financeiros

As Instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, adiantamento a fornecedores, outras contas a receber, empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras obrigações, que são mensurados com base no custo amortizado. Os critérios de avaliação atendem ao CPC 48.

5.2 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender os compromissos de caixa a curto prazo. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título, considerados de liquidez imediata que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

5.3 Contas a receber

As contas a receber são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos sem cotação em mercado ativo, sendo estas registradas e mantidas nos balanços pelos valores das vendas e deduzidas das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, que é constituída com base no que dispõe o Regulamento do Imposto de Renda o qual na análise crítica da Administração contempla eventuais perdas na realização dos créditos.

5.4 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo médio de aquisição está apresentado líquido das bonificações acordadas com fornecedores, quando aplicável. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

5.5 Ajuste a valor presente dos ativos e passivos

Ajuste a Valor Presente Ativos e passivos de curto e longo prazo não são ajustados ao valor presente, por não apresentarem efeito material.

5.6 Operações com Partes Relacionadas

A empresa realiza transações significativas com partes relacionadas. Essas transações foram efetivadas de acordo com termos estabelecidos pela Administração da empresa em conjunto com essas partes relacionadas. O resultado das operações e a posição financeira da empresa poderiam ser diferentes daquelas que seriam obtidas caso referidas transações fossem efetuadas em condições normais de mercado.

5.7 Ativo imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo, líquido da depreciação acumulada e/ou das perdas por não recuperação, se houver. O custo inclui o montante de aquisição dos equipamentos e os custos de captação de empréstimos para projetos de construção de longo prazo, se satisfeitos os critérios de reconhecimento.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado do exercício conforme incorridos.

Os Itens do imobilizado e eventuais partes significativas são baixados quando de sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros derivados de seu uso ou alienação. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos são incluídos no resultado do exercício.

5.8 Ativos intangíveis

As licenças de programas de computador (softwares) e de sistemas de gestão empresarial adquiridas são capitalizadas e amortizadas conforme as taxas estabelecidas pela vida útil das mesmas e os gastos associados a manutenção são reconhecidos como despesas quando incorridos.

Os gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial são capitalizados como ativo intangível quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica.

5.9 Classificação dos ativos e passivos como circulantes e não circulantes

Os ativos com previsão de realização ou que se pretenda vender ou consumir no prazo de doze meses, a partir das datas dos balanços, são classificados como ativos circulantes. Os passivos com expectativa de liquidação no prazo de doze meses a partir das datas dos balanços são classificados como circulantes. Todos os demais ativos e passivos são classificados como "não circulantes".

5.10 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações contraídas por bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios. Essas obrigações podem ser deduzidas de recebíveis quando há acordos comerciais firmados com os fornecedores para divulgação ou realização de promoções de determinados produtos. São reconhecidas pelo valor justo acordado entre as partes.

5.11 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

5.12 Impostos de renda e contribuição social correntes

A empresa optou no ano de 2024 pelo regime tributário Lucro Real trimestral.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data das demonstrações contábeis.

(a) Adesão a Lei 14.148/2021

Como forma de minimizar os impactos decorrentes da pandemia desencadeada pela Covid-19, o Governo Federal editou a Lei 14.148/2021 que institui o benefício de Redução a zero da alíquota de IRPJ e CSLL por 60 meses o que gerou uma economia R\$ 1.795.022 acumulada no exercício de 2024.

Com as alterações impostas pela Lei 14.592/2023 e Portaria ME nº 11.266/2022, as empresas que possuem o CNAE 5211-7-99 (Depósito de Mercadorias para Terceiros, exceto Armazéns Gerais e Guarda-móveis), foram excluídas perdendo assim o direito de usufruir dos benefícios de redução a 0% das alíquotas de IRPJ/CSLL e Pis/Cofins.

Contudo através do corpo jurídico da empresa, entendeu-se que os efeitos da lei 14.592/2023 não se aplicam a empresa, visto que ela recebeu um benefício de isenção concedido por “prazo certo” e condicionado a existência, ainda que secundário, do CNAE autorizador e, um dos motivos para essa “inalterabilidade” é o ditado do art. art. 106 do CTN, segundo qual impede a retroatividade da Lei que não beneficie o contribuinte, a chamada “retroatividade benigna”, e ainda de acordo com a Súmula nº 544 do STF e o artigo 178 do CTN, um benefício fiscal somente pode ser revogado ou modificado senão tiver prazo certo e não tiver sido concedido sob condição onerosa, ou seja, tal situação gerou a empresa o chamado “Direito adquirido”.

Através de decisão da Diretoria, juntamente com o corpo técnico jurídico, a empresa decidiu manter a utilização dos benefícios concedidos pela Lei 14.148/2021 até o final do prazo de fluidez, ou seja, até 2027.

5.13 Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida quando seu valor pode ser mensurado com segurança, e provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de mercadorias no curso normal das atividades da Empresa. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos exercidos por ela, conforme descrição a seguir:

Avenida Oeste, 1. Loteamento Real Grandeza

Aparecida de Goiânia - GO |  hospdrogas.com.br

(a) Vendas de mercadorias

As receitas resultantes da venda de mercadorias são reconhecidas pelo seu valor justo quando o controle sobre as mercadorias é transferido para o comprador, a Empresa deixa de ter controle ou responsabilidade pelos produtos vendidos e os benefícios econômicos gerados para a Empresa são prováveis, o que ocorre substancialmente no momento de entrega dos produtos aos clientes nas lojas. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta.

(b) Receitas financeiras

Reconhecida quando a realização do recebimento de carteira após o seu prazo de vencimento, originada de operações em seu curso normal. Bem como nas operações de recebimento de desconto em pagamentos. A receita financeira é reconhecida somente quando houver a sua realização.

5.14 Arrendamento mercantil

A companhia avaliou seus contratos conforme os critérios estabelecidos pelo CPC 06 (R2) e concluiu que não possui contratos que se enquadrem como arrendamentos nos termos do pronunciamento. Assim, não há reconhecimento de ativos de direito de uso ou passivos de arrendamento nas demonstrações contábeis encerradas em 31/12/2024.

6. Caixa e equivalente de caixa

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Recurso em caixa	48.304	228.930
Recurso em banco	4.139.350	1.814.142
Aplicação financeira (a)	10.794	13.085
	<u>4.198.449</u>	<u>2.056.157</u>

(a) São as aplicações de curto prazo, com vencimentos originais de noventa dias ou menos, constituídos de títulos de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor, sendo demonstrados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do balanço apresentado e não superam o valor de mercado.

7. Contas a receber

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Duplicatas a receber (a)	83.751.366	32.912.749
(-) Provisão p/ credores de liquidação duvidosa (b)	(1.046.025)	(251.369)
	<u>82.705.341</u>	<u>32.661.380</u>

(a) As duplicatas a receber representam os direitos a receber sobre o total das vendas efetuadas pela Empresa, a pessoas jurídicas por meio de operações corporativas. Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos

7.1 Apresentação da movimentação PECLD

Saldo em 31 de dezembro de 2022	384.215
(+) Provisão PECLD	1.698.508
(-) Reversão Provisão PECLD	(1.831.354)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	251.369
(+) Provisão PECLD	3.498.297
(-) Reversão Provisão PECLD	(2.703.641)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.046.025

(b) A provisão para perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no que dispõe o Regulamento do Imposto de Renda (RIR 2018, art. 347), onde conforme a análise individual da capacidade financeira dos clientes mais representativos e o histórico de inadimplência a Administração julgou o montante suficiente para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

Conforme critério fiscal foi considerado no cálculo os títulos abaixo de R\$ 15.000,00, vencidos há mais de 180 dias e títulos acima de R\$ 15.000,00, vencidos há mais de 365 dias.

8. Estoques

	31.12.2024	31.12.2023
Mercadorias p/ revenda (a)	69.409.742	19.437.278
Almoxarifado	424.019	384.755
Mercadoria em trânsito	829.846,80	-
	70.663.609,24	19.822.032,00

(a) Os estoques de mercadorias são demonstrados pelo custo médio das compras ou de produção ou pelo preço estimado de venda ou de aquisição, menos os tributos incidentes, dos dois o menor.

(b) A Companhia realiza transferências regulares de mercadorias entre a matriz e suas filiais, com o objetivo de reposicionar estoques e atender demandas operacionais e comerciais específicas.

Durante o período em que as mercadorias se encontram em trânsito, os respectivos saldos são registrados em conta contábil específica de "estoques em trânsito", assegurando a adequada representação da movimentação física e patrimonial dos bens.

Tão logo as mercadorias sejam recebidas no destino final, os valores são reclassificados para a conta de estoques apropriada, concluindo o ciclo contábil da operação de transferência.

9. Impostos a recuperar

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Imobilizado - ICMS CIAP (a)	5.641	12.153
PIS (b)	489.305	316.742
COFINS (b)	2.238.898	1.449.567
Impostos Retidos	888.643	174.922
ICMS (c)	2.370.635	-
IRPJ	12.878	12.878
CSLL	70.207	70.207
IR S/ APL financeiras	19.118	19.070
ATIVO CIRCULANTE	<u>6.095.325</u>	<u>2.055.539</u>
Imobilizado - ICMS CIAP (a)	5.386	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	<u>5.386</u>	<u>-</u>

(a) O surgimento deste crédito é derivado na aquisição de bens destinado ao ativo imobilizado, haja vista que a legislação permite tal aproveitamento na fração de 1/48 avos, contados a partir da entrada do bem no estabelecimento da pessoa jurídica.

(b) Estes saldos são oriundos de créditos incidentes sobre as aquisições de insumos deduzidos das vendas realizadas. Visto que a maioria das operações de venda é com hospitais, conforme o Dec. 6.426/2008, temos as alíquotas de Pis/Cofins reduzidas a zero, o que resultou em um saldo credor mensal.

(c) Os créditos de ICMS acumulados ao longo do exercício de 2024 refletem o aumento no volume de aquisições realizadas pela empresa. Esse movimento teve como objetivo sustentar o crescimento nas vendas e, simultaneamente, viabilizar negociações mais vantajosas com os fornecedores, tanto em termos de prazos quanto de preços.

10. Adiantamentos

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Adiantamentos a Pessoal (a)	112.007	32.676
Adiantamentos Fornecedores (a)	370.290	198.299
Créditos de Devol Fornecedor (a)	395.928	187.603
	<u>878.225</u>	<u>418.578</u>

(a) Os valores pertinentes a adiantamentos a fornecedores são utilizados para adquirir o direito de compra. No exercício 2024 foram realizados estudos de recuperabilidade nos créditos com fornecedores e não foi constatada nenhuma redução ao valor recuperável dos mesmos, uma vez que quando analisado todos os adiantamentos efetivados, chegamos em um prazo médio de 120 dias para a sua devida realização.

11. Resultado de Operações com partes relacionadas

	Ativo		Passivo	
	2024	2023	2024	2023
Equiplex Ind. Farmacêutica	-	-	3.250.572	-
HE & S Participações Ltda	-	-	24.031.250	20.315.399
	-	-	27.281.822	20.315.399

(a) Para cada movimentação financeira direcionada para as partes relacionadas, temos uma previsibilidade de recebimento e retorno do recurso, neste caso, até o final do exercício de 2025 o valor terá sido recebido em sua totalidade.

12. Imobilizado

	Saldo em 31.12.2023	Adições (a)	Depreciação (b)	Baixas (c)	Saldo em 31.12.2024
Máquinas Industriais	26.666	8.087	(3.894)	-	30.859
Equipamentos de Cozinha	1.313	-	(328)	-	984
Equipamentos De Informática	3.693	35.654	(4.068)	-	35.278
Equipamentos De Escritório	17.565	2.024	(3.340)	-	16.248
Moveis E Utensílios	73.941	360.406	(18.868)	-	415.478
Veículos – Automóveis	-	755.274	(81.305)	-	673.969
Veículos – Equip. Auxiliares	1.712	-	(428)	-	1.284
	124.888	1.161.446	(112.231)	-	1.174.100

(a) As adições efetuadas pela Empresa referem-se a compra de ativos operacionais, compras de equipamentos industriais para expansão das atividades/modernização.

(b) É reconhecida de modo a alocar o custo dos ativos através do método linear, definidas com base na taxa estabelecida pela receita federal.

(c) As baixas efetuadas pela Empresa referem-se à alienação, transferência, deterioração, extravio e Perecimento dos bens constantes no ativo.

13. Fornecedores

	31.12.2024	31.12.2023
Fornecedores nacionais	57.920.766	17.477.855
Fornecedores de fretes	1.349.811	514.556
	59.270.577	17.992.411

13.1 Aging List

Vencidos	31.12.2024	31.12.2023
Entre 1 a 30 dias	1.933.825	576.943
Entre 31 a 60 dias	-	17.413
Entre 61 a 90 dias	28.350	2
Entre 91 a 180 dias	7.523	1.042
Entre 181 a 365 dias	296	22.819
Acima de 365 dias	436	32.400
	1.970.430	650.619

A vencer	31.12.2024	31.12.2023
Entre 1 a 30 dias	36.185.763	12.292.605
Entre 31 a 60 dias	13.569.281	4.639.441
Entre 61 a 90 dias	4.672.062	380.835
Entre 91 a 180 dias	2.793.729	27.069
Entre 181 a 365 dias	79.312	1.842
Acima de 365 dias	-	-
	57.300.147	17.341.792

Nesta conta são registradas até a data do balanço as obrigações, junto a fornecedores, pela compra de mercadorias, bens e serviços.

14. Empréstimos e Financiamento

	31.12.2024	31.12.2023
Empréstimo Com HT3	35.068.530	7.504.801
Financ BCO C6	2.112.714	-
Duplicatas Descontadas (a)(b)	8.024.985	4.704
	45.206.229	7.509.505

Nesta conta são registradas até a data do balanço as obrigações relacionadas a recursos capitados com terceiros.

(a) Trata de operação de empréstimo no qual a duplicata é dada como garantia, o risco de crédito, logo os títulos continuam registrados como ativo da empresa.

(b) A Empresa não possuía, em 31 de dezembro de 2023, contrato de empréstimos e financiamentos com cláusulas financeiras restritivas (Covenants).

14.1 Empréstimos e Financiamento Longo Prazo

	31.12.2024	31.12.2023
FINANC FINIP - BCO C6 LP	1.833.333,33	-
	1.833.333,33	-

Nesta conta são registradas até a data do balanço as obrigações relacionadas a recursos capitados com terceiros classificados a longo prazo.

- (a) Trata de operação de empréstimo no qual a duplicata é dada como garantia, o risco de crédito, logo os títulos continuam registrados como ativo da empresa.
- (b) A Empresa não possuía, em 31 de dezembro de 2023, contrato de empréstimos e financiamentos com cláusulas financeiras restritivas (Covenants).

15. Obrigações trabalhistas e sociais

	31.12.2024	31.12.2023
Salários (a)	518.450	371.421
INSS	272.549	162.893
FGTS	108.617	48.514
Provisões de Férias e Encargos (b)	890.364	435.931
Outros pagamentos	14.759	-
	1.804.739	1.018.759

(a) Os valores relativos a Ordenados e Salários, Férias e Rescisões são reconhecidos pelo regime de competência, nos quais os empregados têm direito.

(b) Os valores foram provisionados com base no direito adquirido pelos funcionários e baixados conforme o pagamento até a data do balanço.

16. Obrigações fiscais e federais

Curto Prazo	31.12.2024	31.12.2023
Tributos federais (a)	278.114	163.007
Tributos estaduais (b)	1.396.545	1.395.518
	1.674.659	1.558.525

(a) Os tributos federais são compostos pelos seguintes: Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, Contribuição Social Retido na Fonte e ISS Retido.

(b) Os tributos estaduais são compostos pelos seguintes: ICMS, ICMS ST e outras taxas estaduais.

17. Outras obrigações

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Recebimentos antecipados (a)	873.575	464.947
Depósitos não identificados (b)	960.446	946.455
	<u>1.834.021</u>	<u>1.411.403</u>

(a) Refere-se a valores recebidos de clientes em forma de adiantamento para aquisição de mercadorias. Os valores são mantidos a valores históricos e devem permanecer no passivo até que os serviços prestados sejam entregues aos proprietários.

(b) São representativos dos valores que adentraram na conta da Empresa, porém não foi identificado a quem se refere pelo departamento de conciliação. Neste caso é realizado o lançamento nesta conta, no qual fica aguardando um posicionamento do cliente para baixar o mesmo. Caso o cliente não entre em contato, ela registra este valor no resultado, oferecendo as devidas tributações.

18. Provisão para contingências

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Provável (a)	14.164.966	-
	<u>14.164.966</u>	<u>-</u>

(a) No curso normal de suas atividades, a Empresa fica sujeita a processos judiciais de natureza tributária, cível, trabalhista e outras. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Em 31 de dezembro de 2024, foram citadas pelos assessores jurídicos ações classificadas como perda provável, dessa forma a Administração da Empresa considerou o provisionamento.

19. Patrimônio líquido

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Capital social	15.024.100	15.024.100
Prejuízos Acumulados	(7.691.527)	(3.997.504)
Ajuste de Exercício Anteriores	138.882	-
Resultado do Exercício	5.178.633	(3.694.023)
	<u>12.650.088</u>	<u>7.332.573</u>

20. Receita Operacional

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Venda de mercadorias interestadual	299.880.206	140.714.072
Venda de mercadorias estadual	80.985.597	36.941.240
	<u>380.865.803</u>	<u>177.655.312</u>

No acumulado dos doze meses de 2024, a receita operacional bruta apresentou um crescimento de **114%** em comparação com o ano de 2023 impulsionado por novas estratégias comerciais, campanhas, aumento na equipe de vendas o que resultou no aumento da carteira e ticket médio de clientes. A receita operacional é registrada pelos valores totais incluindo os impostos sobre ela incidentes.

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Devoluções de vendas	(7.709.981)	(2.848.288)
PIS	(368.263)	(382.970)
COFINS	(1.703.566)	(1.766.063)
ICMS	(58.402.802)	(26.210.688)
Impostos e Contribuições diversas	(8.332)	-
Dedução da Receita	<u>(68.192.944)</u>	<u>(31.208.010)</u>
Receita líquida	<u>312.672.859</u>	<u>146.447.302</u>

São registradas as devoluções de vendas relativas à anulação de valores registrados como receita bruta de vendas e seus respectivos impostos incidentes sobre as vendas da Empresa.

21. Despesas com vendas

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Despesas com pessoal	6.860.352	3.727.193
Despesa com ocupações e serviços	1.530.189	1.361.071
Comissões sobre vendas	3.498.335	1.665.315
Despesas gerais de vendas	2.068.548	878.246
Despesas de transportes com vendas	16.887.761	6.583.087
Perdas no recebimento de créditos	3.507.014	2.227.484
	<u>34.352.199</u>	<u>16.442.396</u>

As despesas com vendas são registradas com base no regime de competência e compreendem os gastos diretamente relacionados à comercialização dos produtos e serviços da Companhia. Incluem, entre outros, despesa com pessoal, despesas com fretes e comissões sobre vendas, publicidade e propaganda e demais gastos incorridos para viabilizar a entrega dos produtos aos clientes e apoiar as atividades comerciais.

22. Despesas administrativas e gerais

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Despesas com pessoal	2.495.328	829.942
Despesa com ocupações e serviços	19.221.814	6.135.523
Despesas gerais	1.364.541	607.911
Provisão p/ contingência	14.164.966	-
	<u>37.246.649</u>	<u>7.573.376</u>

As despesas gerais e administrativas são registradas com base no regime de competência e correspondem aos gastos incorridos até a data do balanço, relacionados à administração da Companhia.

23. Outras receitas (despesas), líquidas

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Recuperação de despesas	171.986	23.253
Brindes e bonificações	485.836	37.653
Reserva de Incentivos fiscais	3.342.971	924.246
Recuperação de Créditos Diversos	-	17.746
Anulação de venda p/Ent. Futura	-	1.551.693
Reversão de perdas de cred incobrável	127.723	-
Indenização de perdas por terceiros	80.314	-
	<u>4.208.830</u>	<u>2.554.592</u>

A conta corresponde ao confronto entre outras receitas e despesas operacionais até a data do balanço.

24. Resultado financeiro

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Despesas financeiras	(2.404.069)	(971.176)
Receitas financeiras	522.243	471.650
	<u>1.881.826</u>	<u>(499.526)</u>

É o confronto entre receitas financeiras e despesas financeiras, foram incluídos nesse grupo os juros, multas, tarifas bancárias e taxa de administração de cartões de créditos, suportadas pela empresa até a data do balanço.

25. Seguros

A Empresa adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens patrimoniais sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, e riscos considerando a natureza de sua atividade.

26. Tributos sobre o lucro

	31.12.2024	31.12.2023
Apuração do IRPJ		
(+) Lucro/Prejuízo Contábil	5.178.633	(3.694.023)
(+) Adições	1.220.414	507.944
(-) Exclusões	-	(3.103.166)
(-) Comp. Prejuízos Fiscais	(2.326.376)	(267.763)
	4.072.671	(6.557.007)
Base de cálculo IR		
IRPJ + Adic. (≅ 25%)	1.306.483	146.446
(-) Exclusão Lei 14.148/2021 (a)	(1.306.483)	(146.446)
IRRJ Devido	-	-
	4.072.671	(6.557.007)
Apuração da CSLL		
(+) Lucro/Prejuízo Contábil	5.178.633	(3.694.023)
(+) Adições	1.220.414	507.944
(-) Exclusões	-	(3.103.166)
(-) Comp. Base Negativa CSLL	(2.326.376)	(267.763)
	4.072.671	(6.557.007)
Base de cálculo IR		
CSLL 9%	488.539	56.230
(-) Exclusão Lei 14.148/2021 (a)	(488.539)	(56.230)
CSLL Devido	-	-
	4.072.671	(6.557.007)
Total do IR e CS - Corrente	-	-

(a) Economia gerada pela redução a alíquota zero conforme a Lei 14.148/2021.

27. Eventos Subsequentes

Em 2024, a empresa atingiu o limite de faturamento estabelecido pelo CPC PME, de R\$ 360 milhões. De acordo com as disposições aplicáveis, ao ultrapassar esse limite, a empresa deve adotar o CPC 06 no exercício seguinte ao período em que o faturamento ultrapassou o limite estabelecido.

A transição para o CPC 06 requer a aplicação retrospectiva, o que implica ajustar as demonstrações financeiras do período anterior para refletir a nova política contábil, exceto nos casos em que tal ajuste seja considerado impraticável, conforme descrito no CPC 06 – Arrendamento Mercantil.

Para assegurar a conformidade, as práticas contábeis devem ser ajustadas de acordo com as orientações específicas do CPC 06. Mudanças nas políticas contábeis devem ser divulgadas de maneira detalhada nas notas explicativas, conforme exigido pelo CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

As adaptações decorrentes da adoção do CPC 06 podem incluir ajustes no balanço patrimonial, na demonstração do resultado e em outras demonstrações financeiras relevantes, além de atender às exigências de divulgação específica em notas explicativas.

A administração informa que este é o único tema aplicável relacionado aos eventos subsequentes – CPC 24, identificados até a data de aprovação das demonstrações financeiras. Não existem outros eventos subsequentes a relatar.

* * * * *